

**VETO ÀS EMENDAS APOSTAS AO PROJETO DE LEI Nº 052/2009**

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

Vejo-me compelido a opor **veto parcial** ao Projeto de Lei nº 052/2009, que “*Estima a receita e fixa a despesa do Município de Itaúna para o exercício financeiro de 2010*”, fazendo-o com suporte no artigo 66, § 1º da Constituição Federal e no artigo 82, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, pelas razões a seguir expostas.

Ressalto que, com as emendas apresentadas, houve modificações diversas ao projeto original e seus anexos, e dentre os dispositivos inseridos e suprimidos, sobressai a necessidade de vetá-los, a saber:

**01) EMENDA ADITIVA**

**Emenda Aditiva nº 02**

Referida emenda foi aposta para criar na Unidade Orçamentária 02.08 - da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente - Subunidade 02.08.02 – Departamento de Desenvolvimento Urbano, uma Classificação Funcional Programática com a seguinte redação:

...“**Reforma e Manutenção da Estação Ferroviária de Santanense viabilizando a criação do Centro Cultural para implantação da Sala de Cinema e da Biblioteca Regional**”

**Razões do Veto:**

O referido acréscimo não se reveste de possibilidade jurídica, não podendo, pois, prevalecer, uma vez que o imóvel objeto da reforma não faz parte do patrimônio imobiliário municipal, carecendo de autorização para celebração de convênio para execução do que se pretende.

**(2) EMENDAS MODIFICATIVAS**

**2.1 Emendas Modificativas de nºs 02, 09, 20, 21 e 25**

**Com a oposição das emendas de nºs 02, 09, 20, 21 e 25 o texto original da Classificação**

Funcional Programática 2781200182.960000 ...**“Const. Ampl. Ref. e Manutenção de Espaços Esportivos”** - foi alterado com o acréscimo de 8 incisos, que resultaria na seguinte redação:

*... “Construção, Ampliação, Reforma e Manutenção de Espaços Esportivos priorizando: I - a reforma e a iluminação do vestiário do campo do Bairro Leonane; II - a reforma e o aumento do alambrado do Estádio Luizão; III - construção de quadra poliesportiva no bairro Centenário; IV - construção de quadra poliesportiva no bairro Veredas.”... V - construção de quadra poliesportiva no bairro Santa Mônica.”... VI- cobertura da quadra poliesportiva da Praça de Esportes São José de Garcias”... VII - iluminação do Estádio do Garcião;”... VIII - cobertura da quadra poliesportiva da Escola Municipal Modestino Francisco Rabelo em Vista Alegre”...*

## **2.2 Emenda Modificativa de nº 03**

**Com a oposição da emenda de nº 03**, a Classificação Funcional Programática nº 1545100461.189000 - ... *“Construção, Ampliação e Reforma de Prédios Públicos (...)*  
*4.4.90.51.02.0000 – Obras e Instalações-Domínio Patrimonial 11 Fonte Recursos a Definir 1132 20.000,00”*- teve seu texto original alterado e acrescido do inciso I, resultando na seguinte redação:

*... “Construção, Ampliação, Reforma e Manutenção de Prédios Públicos, priorizando: I – Construção de elevador no Prédio onde funciona o Poder Legislativo Municipal de Itaúna.”(...)*  
*4.4.90.51.02.0000 – Obras e Instalações-Domínio Patrimonial 11 Fonte Recursos a Definir 1132 100.000,00”...*

## **2.3 Emendas Modificativas nºs 08, 19, 24, 28 e 29**

**Com a oposição das emendas de nºs 08, 19, 24, 28 e 29** o texto original da Classificação Funcional Programática nº 1545100751.073000 ... **“Obras de infra-estrutura urbana e viária em ruas e avenidas do Município”** ... foi alterado com o acréscimo de 18 incisos, que resultaram na seguinte redação:

*... “Obras de infra-estrutura urbana e viária em ruas e avenidas do Município, priorizando:*

*I - a recuperação da pavimentação asfáltica da Avenida Jove Soares e da Rua Faria Tavares; II - asfaltamento da Avenida Albino Santos; III - da Rua Virgílio Gonçalves; IV - da Rua Maria do Carmo Myhra; V - Vovó Nair; VI - Heli Parreiras; VII - Vovó Benvinda; VIII - Marieta D'angelo Moreira; IX - Paulo Careca; X - Glaucos Corradi Melo; XI - Antônio Fonseca XII - Firmino Cota; XIII - Joaquim Augusto Rodrigues; XIV - Maurílio Fonseca; XV - trecho da Rua Maria Lica; XVI - Rua Pedro Soares; XVII - Rua Cícero Franco; XVIII - Prof. Antônio Pena;”*

## **2.4 Emenda Modificativa nº 10**

**Com a oposição da emenda nº 10**, o texto original da Classificação Funcional Programática nº 1560600751.807000 - ... *“Obras de Ampliação, Pavimentação e Melhoramento da Zona Rural”*  
*4.4.90.51.01.0000 Obras e Instalações-Domínio Público 11 Fonte Recursos a Definir 1144 50.000,00* foi alterado no valor, com o acréscimo de 3 incisos, resultando a seguinte redação:

*...“Obras de Infra-estrutura e melhoramentos da Zona Rural, Ampliação e Pavimentação de estradas rurais, priorizando: I - a Pavimentação das estradas de Córrego do Soldado; II - Brejo Alegre; III – Campos;”*

*4.4.90.51.01.0000 Obras e Instalações-Domínio Público 11 Fonte Recursos a Definir 1144 500.000,00*

### **2.5 Emendas Modificativas de nºs 12 e 22**

Com a aposição das emendas modificativas de nºs 12 e 22, o texto original da Classificação Funcional Programática nº 1545100702.964000 ... **“Obras de infra-estrutura urbana e viária em ruas e avenidas do Município”** ... foi alterado com o acréscimo de 2 incisos, resultando a seguinte redação:

*...“Manutenção, criação e urbanização de Praças, Parques e Jardins, priorizando:  
I - a completa urbanização da Praça Principal de Córrego do Soldado;”...  
II - A Urbanização da Mina de Santanense;”*

### **2.6 Emendas Modificativas de nºs 13, 17 e 27**

Com a aposição das emendas de nºs 13, 17 e 27, a Classificação Funcional Programática 1545100751.035000 sofreu alterações em seu texto original ... **“Construção/ampliação de pontes, passarelas, gabiões e viadutos”**, e acréscimo de 5 incisos, resultando a seguinte redação:

*... “Construções de passarelas, gabiões, viadutos, pontes, priorizando: I - o término das obras da Ponte da Avenida Jove Soares; II - ampliação da ponte sobre o Ribeirão dos Capotos na Avenida Albino Santos; (...) III - ampliação das duas pontes existentes na entrada de Córrego do Soldado; IV – ampliação da ponte na Comunidade de Córrego dos Batatas. V - ampliação da ponte sobre o Ribeirão dos Capotos em Santanense dotada de construção adequada de passarela;”*

### **2.7 Emenda Modificativa de nº 18**

Com a emenda modificativa nº 18 o texto da Classificação Funcional Programática nº 1030100332.246000 -...**“Manutenção do Programa de Saúde da Família”**... foi alterado e sofreu acréscimo de um inciso, resultando a seguinte redação:

*...“Manutenção do Programa de Saúde da Família e implantação de novos PSF's, priorizando:  
I - a implantação do Programa na região do Bairro São Bento.”*

### **2.8 Emenda Modificativa de nº 23**

Com a emenda modificativa nº 23 a Classificação Funcional Programática nº 1545200801.528000 ... **“Ampliação e Manutenção da Rede de Iluminação Pública”** sofreu alteração com o acréscimo de incisos, resultando a seguinte redação:

*...“Ampliação e Manutenção da Rede de Iluminação Pública, priorizando:  
I - Iluminação da Praça Adílio Penido;  
II - Melhoria da Iluminação da Rua Sebastião Soares e João Otoni;”*

### **Razões do Veto às Emendas Modificativas nºs 02, 03, 08, 09, 10, 12, 13, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28 e 29:**

A ação governamental está estruturada em programas orientados para realização de objetivos estratégicos definidos no Plano Plurianual e é executada por intermédio de projetos, atividades e operações especiais. Essas ações são classificadas como atividades, projetos ou operações especiais.

A Atividade é um instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo do programa, envolvendo um conjunto de operações que realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à manutenção da ação de Governo.

Já o Projeto é um instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um Programa, que é o instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização de um objetivo comum preestabelecido, visando à solução de um problema ou ao atendimento de determinada necessidade ou demanda da sociedade. Os projetos e atividades são instrumentos de realização dos programas. Nesse sentido, cabe lembrar que, para que haja facilidade na visualização deve haver integração entre o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual.

Tanto os projetos quanto as atividades envolvem um conjunto de operações que têm como resultado um produto. No caso do projeto, um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e no caso da atividade, um produto necessário à manutenção da ação de governo.

Essas mudanças, de forma discricionária, alteram a característica de orçamento-programa e inviabilizam a gestão do Governo sobre Orçamento Municipal. Enquanto que da forma proposta no Projeto de Lei original, essas reivindicações podem vir a ser atendidas, sem, no entanto comprometer outras ações de governo já aprovadas na LDO.

Outro fator relevante a ser considerado é relativo ao pedido objeto da emenda modificativa nº 08/2009, com a inclusão da expressão “*recuperação da pavimentação asfáltica da Avenida Jove Soares e da Rua Faria Tavares*”; ocorre que já existe essa previsão no orçamento, o que poderá ser constatado às fls. 142 do projeto, ficha 1136, no valor de R\$ 2.000.000,00.

Também poderá ser verificado à página 025 do Projeto de Lei nº 52/2009 a previsão de receitas externas a serem captadas para 2010, no elemento 24.71.00.01 – Conv. c/ Ministério das Cidades p/ Obras de Infra-Estrutura Urbanística, dentre elas: Obras de Urbanização das Av. São João, Walter Mendes e Jove Soares; Avenidas Sanitárias, no valor R\$ 25.000.000,00.

Quanto à fixação das despesas, conforme detalhado na página citada, foram previstas em diversas despesas na Secretaria Municipal de Infra-Estrutura, e não foram detalhadas pelas razões já expostas.

Ressalta-se, ainda, que a pretensão edilícia em enumerar e priorizar as ações de governo ferem, frontalmente, a independência entre os Poderes e conseqüentemente o sistema constitucional em vigor, razão porque as emendas suso referidas ficam vetadas.

**2.9 Emendas Modificativas nºs 04, 05, 06, 07 e 11**

**Com a aposição da emenda de nº 04**, a Classificação Funcional Programática 1030200352.250000 – elemento de despesa – 3.3.50.43.00.0000 - ... **“Subvenções Sociais 11 Fonte Recursos a Definir 826 600.000,00”** sofreu alteração no valor original, resultando a seguinte redação:

**... “Subvenções Sociais 11 Fonte Recursos a Definir 826 1.320.000,00”...**

No texto original está indicado como fonte para dedução a sub-unidade 02.13.01, elemento de despesas “Aquisição de Imóveis” - 4.5.90.61.00, o valor de R\$ 720.000,00 para suplementar o elemento 3.3.50.43.00 – Sub. Sociais, na Unid. 02.10.02 – Sec. Municipal de Saúde.

**Com a aposição da emenda de nº 05**, a Classificação Funcional Programática nº 1030200352.252000 –

elemento de despesa – 3.3.50.43.00.0000 - ... **“Subvenções Sociais 826 - 1.080.000,00”...**  
sofreu alteração no valor original, resultando a seguinte redação:  
**... “Subvenções Sociais 826 - 1.580.000,00”...**

No texto original está indicado como fonte para dedução a sub-unidade 02.13.01, elemento de despesas “Aquisição de Imóveis” -4.5.90.61.00, o valor de R\$ 500.000,00, para suplementar o elemento 3.3.50.43.00 – Sub. Sociais, na Unid. 02.10.02 – Sec. Municipal de Saúde.

**Com a oposição da emenda de nº 06**, a classificação Funcional Programática nº 1030200352.248000 - Manutenção dos Serv. Med. Hosp. e Assist. Psico-Social (...) 3.3.90.39.00.0000 Outros serviços de Terceiros - P. jurídica 10 Recursos Próprios/Vinculados 817 600.000,00 (...) 4.4.90.52.02.0000 - Equip. Mat. Permanente de Dom. Patrimonial 10 Recursos Próprios/Vinculados 819 20.000,00 - passou a ter a seguinte redação:

**...“1030200352.248000 - Manutenção dos Serv. Med. Hosp. e Assist. Psico-Social (...)**  
**3.3.90.39.00.0000 Outros serviços de Terceiros - P. jurídica 10 Recursos Próprios/Vinculados 817**  
**1.000.000,00 (...)**  
**4.4.90.52.02.0000 Equip. Mat. Permanente de Dom. Patrimonial 10 Recursos Próprios/Vinculados 819**  
**870.000,00**

No texto original está indicado como fonte para dedução a sub-unidade 02.13.01, elemento de despesas “Aquisição de Imóveis” - 4.5.90.61.00, o valor de R\$ 1.250.000,00 para suplementar dotações da Secretaria Municipal de Saúde.

**Com a oposição da Emenda Modificativa nº 07**, a classificação Funcional Programática nº 2812200412.938000 – elemento de despesa – 3.3.50.43.00.0000 - ... **“Subvenções Sociais 11**  
Fonte de Recursos a Definir 1150 300.000,00” – passou a ter a seguinte redação:

**... “Subvenções Sociais 11 Fonte de Recursos a Definir 1150 600.000,00”**

No texto original está indicado como fonte para dedução a sub-unidade 02.13.01, elemento de despesas “Aquisição de Imóveis” -4.5.90.61.00, o valor de R\$ 300.000,00 para suplementar dotações de Encargos Gerais.

**Com a oposição da Emenda Modificativa nº 11**, a Classificação Funcional Programática nº 2645200752.334000 – **"Manutenção de Estradas Vicinais"**, sofreu alterações em seus valores e acréscimo de um elemento de despesa no seguinte texto original:

3.3.90.30.00.0000 Material de Consumo 10 Recursos Próprios/Vinculados 1145 80.000,00  
3.3.90.36.00.0000 Outros Serviços de terceiros P. Física 11 Fonte Recursos a Definir 1146 5.800,00  
3.3.90.39.00.0000 Outros Serviços de terceiros P. Jurídica 11 Fonte Recursos a Definir 1147 10.000,00

Com as emendas apostas resultou-se a seguinte redação:

**3.3.90.30.00.0000 Material de Consumo 10 Recursos Próprios/Vinculados 1145 120.000,00**  
**3.3.90.36.00.0000 Outros Serviços de terceiros P. Física 11 Fonte Recursos a Definir 1146 15.800,00**  
**3.3.90.39.00.0000 Outros Serviços de terceiros P. Jurídica 11 Fonte Recursos a Definir 1147 20.000,00**  
**4.4.90.51.01.0000 Obras e Instalações-Domínio Público 11 Fonte Recursos a Definir 1148 244.200,00**

No texto original está indicado como fonte para dedução a sub-unidade 02.13.01, elemento de despesas “Aquisição de Imóveis” 4.5.90.61.00, o valor de R\$ 104.200,00 para suplementar dotações da Secretaria Municipal de Infra-estrutura e Serviços.

**Razões do Veto às Emendas Modificativas nºs 04, 05, 06, 07 e 11:**

Referidas emendas inviabilizarão Executivo no cumprimento de projetos estabelecidos no Plano

Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Conforme disposto no artigo 166 § 3º da CF e artigo 98 da Lei Orgânica do Município, “As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que modifiquem somente podem ser aprovadas caso:

- I – sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;
- II – indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:
  - c) transferências tributárias constitucionais para os Estados, Municípios e Distrito Federal;”

Como poderá ser verificado no Projeto de Lei, a fonte de recursos para a realização dessas despesas previstas é “**a definir**”, **isso porque os projetos dependerão da captação de recursos conforme disposto na letra “c”**, porquanto não se incluem na previsão do artigo 166 da Constituição Federal e artigo 98 da Lei Orgânica do Município. (g.n.)

**2.10 Emenda Modificativa de nº 14**

A Classificação Funcional Programática nº 0412200822.548000 sofreu alteração em seus valores, no seguinte texto original:

... “Conv. c/ Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – Fórum”...

3.1.90.04.01.0000	Contratação por Tempo Determinado	11	Fonte Recursos a Definir	214	11.000,00
3.1.90.04.01.0000	Contratação Tempo Determinado-Servidores	11	Fonte Recursos a Definir	215	
3.1.90.94.00.0000	Indenizações trabalhistas	11	Fonte Recursos a Definir	216	4.000,00
3.3.90.36.00.0000	Outros Serviços de Terceiros P. Física	11	Fonte Recursos a Definir	217	35.000,00

Com a emenda aposta o texto passou a ter a seguinte redação:

... “Conv. c/ Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – Fórum/Defensoria Pública”...

3.1.90.04.01.0000	Contratação por Tempo Determinado	11	Fonte Recursos a Definir	214	35.000,00
3.1.90.04.01.0000	Contratação Tempo Determinado-Servidores	11	Fonte Recursos a Definir	215	
3.1.90.94.00.0000	Indenizações trabalhistas	11	Fonte Recursos a Definir	216	8.000,00
3.3.90.36.00.0000	Outros Serviços de Terceiros P. Física	11	Fonte Recursos a Definir	217	50.000,00

Razões do Veto

A referida dotação orçamentária não pode ser alterada conforme pretendido na emenda, pois é específica para o Convênio com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, sendo o Fórum apenas o espaço físico onde funciona o mencionado órgão.

Embora a Defensoria Pública do Estado de Minas funcione no mesmo espaço físico, trata-se de órgão distinto do TJMG, com autonomia funcional e administrativa e iniciativa de proposta orçamentária própria.

Acrescenta-se às razões supra expostas a situação em que, com a emenda aposta, cria-se nova despesa para o Executivo, fato vedado aos Vereadores.

**2.11 Emenda Modificativa de nº 15**

Com a oposição da emenda nº 15, o texto original da Classificação Funcional Programática nº

0824200612.540000 – elemento de despesa – 3.3.90.39.00.0000 - ...“**Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica 11 Fonte Recursos a Definir 986 650.000,00**”, o valor foi alterado, resultando a seguinte redação:

... *“Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica 11 Fonte Recursos a Definir 986 800.000,00”*

### **Razões do Veto**

A redução da despesa indicada como fonte de recursos compromete os planos de Governo da Administração Municipal. O Município trabalha com Orçamento Programa e, como o próprio nome já diz, programa “é o instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização de um objetivo comum preestabelecido, mensurado por indicadores instituídos no plano, visando à solução de um problema ou ao atendimento de determinada necessidade ou demanda da sociedade”.

#### **2.12 Emenda Modificativa de nº 16**

A **emenda modificativa nº 16** alterou texto e valores da Classificação Funcional Programática nº 1212800422.150000 - ... “**Programa de Capacitação de Servidores**”

3.3.90.36.00.0000 Outros serviços de Terceiros - P. Física 11 Fonte Recursos a Definir 536 2.000,00

3.3.90.39.00.0000 Outros serviços de Terceiros - P. Jurídica 11 Fonte Recursos a Definir 537 2.000,00

Com a emenda aposta resultou a seguinte redação:

... *“Programa de Capacitação de Servidores, inclusive para ministrar aulas para deficientes em todos os graus de deficiência”*

*3.3.90.36.00.0000 Outros serviços de Terceiros - P. Física 11 Fonte Recursos a Definir 536 25.000,00*

*3.3.90.39.00.0000 Outros serviços de Terceiros - P. Jurídica 11 Fonte Recursos a Definir 537 25.000,00*

### **Razões do Veto**

A unidade Orçamentária 02.09, Sub-Unidade 02.09.01- Gabinete Secretaria de Educação e Cultura, a Atividade “Programa de Capacitação de Servidores” é para capacitação apenas dos servidores lotados no Gabinete e não para professores como sugere a emenda qual seja: “capacitar servidores, inclusive para ministrar aulas para deficientes...”

Por estas razões e fundamentos de ordem constitucional e de interesse público, não vejo alternativa senão a de, tempestivamente, **opor veto** às emendas sobreditas, propostas por esse i. Legislativo e submetê-lo à elevada apreciação dos Senhores Vereadores dessa Casa.

Atenciosamente.

Gabinete do Prefeito, 11 de janeiro de 2010.

**EUGÊNIO PINTO**  
Prefeito Municipal

*Itaúna, 11 de janeiro de 2010*

***Ofício nº 006/Gabinete do Prefeito***

***Assunto:*** Encaminha veto às emendas ao PL nº 52/09

*Senhor Presidente,*

*Encaminhamos-lhe as razões de veto em anexo que, pelas disposições da Carta Magna e da Lei Orgânica do Município de Itaúna, sentimo-nos compelidos a opor às emendas apostas ao PL nº 52/09 do Executivo Municipal, e PL nº 70/09 nessa Casa, o qual “Estima a receita e fixa a despesa do Município de Itaúna para o exercício financeiro de 2010”.*

*De oportuno apresentamos protestos da mais alta consideração.*

Atenciosamente,

***EUGÊNIO PINTO***  
***Prefeito Municipal***

**EXMO. SR.**

**ANTÔNIO DE MIRANDA SILVA**

**DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE  
ITAÚNA - MG**



## **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

O Presidente da Comissão de Justiça e Redação, Vereador Gleison Fernandes de Faria, nomeia o Vereador Silvano Gomes Pinheiro para atuar como relator na apreciação do **Processo de Veto nº 01/2010**, de autoria do Prefeito Municipal de Itaúna, que Opõe veto às emendas apostas ao Projeto de Lei nº 70/2009, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2010.

Sala das Sessões, em 19 de fevereiro de 2010

***Gleison Fernandes de Faria***  
***Presidente***

### **RELATÓRIO:**

O supramencionado Processo de Veto não fere disposições legais e está devidamente instruído, estando apto a ser apreciado pelo Plenário do Legislativo Itaunense.

Sala das Sessões, em 19 de fevereiro de 2010

***Silvano Gomes Pinheiro***  
***Relator***

*Acompanha o Voto do Relator os demais membros da Comissão:*

***Gleison Fernandes de Faria***  
***Presidente***

***Vicente Paulo de Souza***  
***Membro***